



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

| COMISSÃO DO ESPORTE | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 2350/15 | DATA: 10/11/2015 | |
| LOCAL: Plenário 06 das Comissões | INÍCIO: 14h53min | TÉRMINO: 16h40min | PÁGINAS: 42 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Presidente da Comissão de Educação Física Escolar do Conselho Federal de Educação Física e Professor da Universidade Estadual do Ceará;
DAGOBERTO BUARQUE DE ASSIS - Professor na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Debater a importância dos conteúdos e da Disciplina Educação Física, conduzida em todas as séries e em todos os níveis de ensino por Professores Licenciados em Educação Física, e a adequação do Plano Nacional de Esportes a essa necessidade social.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, SOMENTE PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde, senhores.

Esta reunião de audiência pública da Comissão do Esporte está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 56, de 2015, de iniciativa dos Deputados Evandro Roman e João Derly, e tem como objetivo debater a importância dos conteúdos e da Disciplina Educação Física, conduzida em todas as séries e em todos os níveis de ensino por Professores Licenciados em Educação Física, e a adequação do Plano Nacional de Esportes a essa necessidade social.

Dando início aos trabalhos, convido para compor a Mesa o Sr. Antônio Ricardo Catunda de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação Física Escolar do Conselho Federal de Educação Física e professor da Universidade Estadual do Ceará (*palmas*); o Sr. Dagoberto Buarque de Assis, professor da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro (*palmas*).

Comunico a todos que o Sr. Dartagnan Pinto Guedes, pesquisador e professor da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, foi convidado para participar desta audiência pública. Mas, segundo a sua assessoria, na data de hoje, ele participa de um Congresso, no qual que ele é palestrante.

Informo que está prestigiando esta audiência o Presidente do Conselho Federal de Educação Física, o Sr. Jorge Steinhilber, meu grande amigo. E também temos a presença do Lúcio Rogério, nosso grande parceiro do CREF local.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Antes da exposição dos convidados, eu queria dar as boas-vindas à Deputada Angela Albino, do PCdoB de Santa Catarina, que está assumindo agora aqui e também está junto conosco na Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto. Realmente é um prazer tê-la como uma grande defensora do esporte, conforme foi relatado pelo Prof. Lúcio já há um bom tempo. Seja bem-vinda e agradecemos realmente a sua presença.



Peço aos membros da Comissão do Esporte que indiquem o mais breve possível, conforme o encaminhamento aos seus gabinetes, os nomes dos profissionais de educação física que receberão o Prêmio Manoel José Gomes Tubino no dia 8 de dezembro, nesta Casa. Esse prêmio é uma parceria do Conselho Federal de Educação Física, Comissão do Esporte e Frente Parlamentar Mista em Defesa da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano.

Como autor deste requerimento, juntamente com o Deputado João Derly, e por ser profissional da área de educação física, tenho certeza de que, na formação desta Subcomissão, que vai trabalhar o seu Plano Nacional do Desporto, nós não temos como discutir, em hipótese alguma, a questão de um plano nacional, Prof. Jorge, sem que venhamos a debater fortemente o esporte onde está a nossa maior população futura esportiva, que é na escola.

Dessa forma, em alguns locais nós temos nos deparado com a ausência da prática da educação física nos ensinos infantil, fundamental e médio. E há as mais diversas alegações e motivos para que isso venha a ocorrer.

Então, nesse plano, nós temos que ter uma integração muito forte com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde para chegarmos a um entendimento. Por isso estamos provocando essas audiências públicas, para que possamos ter cada vez mais essas ações.

Em nenhum momento, esse Plano Nacional poderá passar sem a discussão firme com o CONFEF — Conselho Federal de Educação Física. Eu diria inclusive que o Conselho tem que ditar o tom em alguns momentos, para que nós possamos, nesta Casa, fazer com que a educação física realmente seja implantada no currículo escolar, em todos os níveis.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Ricardo Catunda de Oliveira para a sua exposição.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente Evandro Roman, primeiro, quero externar a satisfação com suas palavras que são alentadoras, haja vista a relevância do tema e a necessidade de haver alguém, numa Casa decisória, que possa fazer essa defesa de forma veemente, responsável e parceira com as entidades.

Ao colega Dagoberto digo que espero que tenhamos uma boa jornada aqui.



(Segue-se exibição de imagens.)

O tema que eu vou abordar é a questão do professor de Educação Física em todos os níveis de ensino como uma premência, como uma necessidade e a relação que pode existir se nós imaginarmos uma política de qualidade para o esporte, haja vista ser esse profissional o detentor de um conhecimento. E o que nós trataremos aqui é deste conhecimento partindo da escola.

É importante abordar questões que são primeiramente consensos internacionais. Estes consensos têm embasado diversos documentos, mostrando preocupações do mundo inteiro com o estado atual em que se encontram crianças e adolescentes no que se refere ao inativismo e também ao elevado índice de obesidade, que já se configura em epidemia no mundo inteiro.

O que isso importa para a sociedade? Nós vamos tentar levantar esta questão. Falaremos também sobre o ensino da Educação Física e finalizaremos com a relação da Educação Física e com a qualidade da política para o esporte.

Primeiramente, cito somente dois consensos. Existem vários consensos, mas esses dois são fundamentais porque tratam de educação e de saúde.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura apresenta os marcos de referência para oferta de cursos Educação Física de qualidade e formação de professores. O documento é recente, é de 2015, e embasa uma série de outros documentos, trazendo uma responsabilidade para os gestores, principalmente em relação à qualidade e capacitação permanente dos professores.

Um dado interessante é o da Organização Mundial de Saúde, organismo voltado para esta área da saúde, que reconhece o papel importante da Educação Física nos seus últimos documentos. Anteriormente ela se referia, geralmente, à atividade física e ao esporte.

Eles estão compreendendo a situação, e isso é importante para nós. Se nós observarmos os últimos documentos emitidos — o de 2000, o de 2010, o de 2012, e o de 2015, que saiu recentemente —, todos eles apontam a necessidade da qualidade das aulas de Educação Física, se o mundo quiser realmente fazer um enfrentamento ativo com o quadro atual.

O que isso interessa para a sociedade, em nossa compreensão? Primeiramente, existem os elevados índices de inatividade física e obesidade que



caracterizam as populações infantojuvenis, os comportamentos de risco, as atividades de lazer passivas, a obesidade e a exclusão nas práticas corporais.

Isso forma um quadro que mostra também que isso estimula as novas gerações, principalmente os de menores idades a comportamentos. *(Pausa.)*

Esta nova configuração acaba estimulando comportamentos que comprometem as futuras gerações: hábitos adquiridos; inabilidade motora, que alguns colegas têm estudado e que estão chamando de analfabetismo motor. Ou seja, as crianças, pela pouca atividade corporal, começam a ter dificuldade na realização de tarefas simples. O que era simples, antigamente, hoje passa a ser tarefa difícil, como brincar de pular corda, correr, saltar, rolar. Isso traz agravos e dificuldades ao seu desenvolvimento.

Além disso, há o isolamento social também potencializado pela questão do *bullying*, que muitas vezes se apresentam pela dificuldade de participação dessas crianças nas atividades propostas.

Desse modo, nós entendemos que aí existem riscos à frente, existem riscos já constatados e, acima de tudo, uma preocupação e responsabilização da Educação Física na escola. Por quê? O problema do sedentarismo é global, é considerado um dos maiores fatores de risco à saúde e traz o aparecimento de doenças relacionadas à obesidade, a doenças cardiovasculares, ao diabetes tipo 2, que é típico da inatividade e da obesidade. São doenças do sedentarismo, são doenças que promovem um gasto maior da saúde. Há uma quantidade significativa delas aparecendo no momento atual, como alguns tipos de câncer.

Essas doenças são chamadas de doenças da civilização. Sendo doenças da civilização e do estilo de vida, estamos diante de um problema de educação. Se nós estamos falando que a consequência do estilo de vida está trazendo esse adoecimento da população — estilo de vida é um problema de educação —, fora a família, o melhor local para se tratar um problema de educação é a escola.

Desse modo, perguntamos: por que a escola, então? Primeiro, porque todas as crianças frequentam a escola e, obrigatoriamente, lá estão. Segundo, os profissionais qualificados se encontram na escola pela educação dos jovens. As crianças passam, no mínimo, um período na escola. Lá elas se comprometem, estão institucionalizadas nestas fases críticas para a obtenção de bons hábitos: a infância



e a adolescência. Esses hábitos vão perdurar durante toda a vida. Se esse período não for aproveitado para que sejam desenvolvidos hábitos saudáveis, atitudes e comportamentos relativamente favoráveis à saúde, haverá problemas. E, acima de tudo, há a disciplina de Educação Física, parte obrigatória do currículo, que tem como um dos objetivos a promoção da saúde e estilo de vida saudável por meio das atividades físicas e esportivas.

Então, a escola apresenta um cenário favorável para se lidar com esse problema.

Outra questão já identificada em estudos é a concentração da maioria dos escolares do Brasil na escola pública. Esses estudos informam que eles só têm a escola para fazer qualquer atividade física orientada por profissional qualificado que possa trazer uma aprendizagem significativa — aprendizagem significativa é aquela que relacionamos à vida —, e aquilo passa a ser importante. Para a aderência à atividade física e à prática esportiva é importante que a criança e o adolescente reconheçam que isso é essencial para a vida dele.

Desse modo, quando se fala de educação física na promoção da saúde significa dizer que a atividade física com metodologias ativas e inclusivas provoca níveis saudáveis e elevados de aptidão física, que contrapõem aquelas doenças citadas inicialmente. De que forma? Com a aptidão física, diminui-se o risco de doenças cardiovasculares, diminui-se o índice de obesidade e há melhoramento na densidade mineral óssea e na saúde mental.

É constatado também que a prática de atividade física e esporte nas aulas de Educação Física é um preditor para a participação futura, na idade adulta, nas atividades físicas e esportivas. Se estamos falando de um mundo de adultos e sedentários, nós temos, na escola, um elemento fundamental, fulcral para que seja modificado esse quadro; se entendemos que nossas experiências passadas e antigas na escola não foram prazerosas, pensamos que existe um elemento também a ser modificado: as metodologias de ensino devem partir para uma perspectiva mais inclusiva e habilitar os alunos a essas práticas.

No ensino da Educação Física esse professor é fundamental, esse professor é o motivador, esse professor é o elemento que tem uma interação direta com os alunos e é ele, pela teoria da autodeterminação, que motiva extrinsecamente esse



aluno. E ele só pode fazer isso se tiver conhecimento, se tiver formação em Educação Física. É esse profissional que traz o conhecimento pedagógico, que traz as suas decisões didáticas, que apresenta a melhor orientação para o desenvolvimento das atividades. Desse modo, a empatia desse professor facilita a identificação pessoal do aluno com aquilo que ele ministra, ou seja, essa empatia e esse conhecimento fazem com que o aluno possa aderir a essa atividade.

De outro modo, quando se fala da educação física de qualidade, os ajustes metodológicos são necessários. Não é somente o ensino do esporte, é o ensino do esporte com uma metodologia que possa incluir os menos hábeis, que possa incluir aqueles com menos possibilidades, que possa incluir inclusive aqueles que não estão dentro dos padrões saudáveis de Índice de Massa Corporal.

Então, esse professor que tem um profundo conhecimento dos conteúdos e a assertiva didática é o profissional de educação física. É ele que tem a capacidade de transformar esse mecanismo, que são as atividades esportivas, em estilo de vida, em hábitos, em mudança de comportamento.

Esse professor cria o clima e a motivação, que são elementos fundamentais à prática de atividade físico-esportiva. Ninguém vai fazer atividade física se ela não for prazerosa. Quantas vezes nós mesmos, numa segunda-feira, que é o dia de todo mundo começar a fazer aulas ou a praticar um esporte, começamos a frequentar uma academia, a fazer um regime, e com pouco tempo desistimos? O que nos leva a desistir? Se essa atividade fosse prazerosa, se nós nos sentíssemos competentes e eficazes praticando-a, se, acima de tudo, tivéssemos a consciência de que ela é um bem, de que é necessária, será que nós desistiríamos dela?

Não se pode, de maneira nenhuma, decidir algo na ignorância, mas apenas a informação isolada não basta. Todo mundo sabe que a atividade física faz bem à saúde, mas só essa informação não resulta em aderência. O que faz você aderir a uma atividade é participar dela, ver o prazer que ela pode lhe dar e, acima de tudo, sentir os seus resultados, inclusive os fisiológicos.

Então, a educação física traz, dentro das práticas corporais, o desenvolvimento motor equilibrado. Esse desenvolvimento promove o sentimento de autoeficácia e competência, que são fundamentais para a participação ativa, para que esse aluno queira estar na aula. A educação física também promove, por meio



da valorização das atividades lúdicas e esportivas, a aprendizagem para a aquisição de hábitos. Ora, tem-se, portanto, nestas três caixas verdes, o resultado, que são elementos que antecedem a prática esportiva e a mudança do estilo de vida e que são necessários para que isso ocorra.

No contexto pedagógico, a cultura para o movimento faz com que o aluno desenvolva habilidades e valores para a participação nas práticas corporais — se nas aulas ele não desenvolve essas habilidades, ele não tem como participar —, além de promover a mudança de comportamento e a criação de hábitos saudáveis.

Tendo-se uma atenção na metodologia, vai-se verificar o aumento da intensidade nas aulas e uma aptidão física para a saúde, que é diferente da aptidão física para treino. A aptidão física para a saúde é conseguida inclusive nas atividades lúdicas, aumentando-se a intensidade das aulas por meio de atividades que sejam prazerosas, e não por meio de treino. Nós ligamos muito aptidão física a algo dolorido, a algo chato, o que não é verdade. Pode-se conseguir aptidão física de forma lúdica, sim. E, na escola, isso é um pressuposto.

A atenção na metodologia também leva à aprendizagem e à participação ativa no esporte. Ora, alguém só pode participar ativamente de uma atividade se conhecer as regras dela. Existe uma autoexclusão.

Nós observamos isso até no nosso meio! Durante um churrasco, por exemplo, você coloca duas traves no chão e pergunta: “*Quem vai brincar?*” Alguém diz: “*Ah, não, eu não gosto de bola*”. Será que ele não gosta de bola ou teve poucas experiências positivas com bola? Ele não gosta de voleibol ou teve experiências negativas com o voleibol? Ele não gosta de dançar ou não desenvolveu o ritmo necessário nem teve experiências positivas com a dança?

Então, isso é trabalhado durante as aulas pelo professor de educação física, que é responsável por promover essas aprendizagens necessárias ao engajamento social dos alunos. Engajamento social é a participação ativa nessas atividades físicas como forma de lazer. Esse professor também precisa prover os alunos de conhecimentos, habilidades e capacidades motoras essenciais.

Logo, a educação física escolar tem conteúdo e desenvolve, por meio do ensino, aprendizagens significativas para a proficiência e a autonomia na prática das atividades físicas e esportivas. O adolescente, ao terminar o ensino médio, deveria



saber as recomendações mínimas para ele próprio ter capacidade de prescrever sua atividade física, para ele próprio ter condição de compreender e praticar de forma autônoma a sua atividade física.

Uma educação física de qualidade pode contribuir também com a política do esporte. De que maneira? O esporte é um fenômeno social em expansão no mundo inteiro. No entanto, há uma contradição: vê-se uma diminuição da adesão de crianças e adolescentes.

Os estudos relativos a isto são incipientes, são iniciais, mas já se percebe que há, também por conta da exigência de um padrão estético relativo à corporeidade, uma preocupação por parte dos jovens hoje no sentido de quererem frequentar uma academia, em vez de jogar voleibol, handebol ou basquetebol.

Hoje, crianças com 12, 13 ou 14 anos de idade já querem começar a modelar o corpo. Com isso, elas podem até conseguir a modelação do corpo; no entanto, o desenvolvimento das habilidades necessárias para participar socialmente do esporte vai ficando para trás. Vemos o Brasil arvorando-se em falar que a potência olímpica vai desenvolver políticas que vão fomentar o esporte no País. Se não atentarmos para a educação física na escola para que o rumo seja modificado, essa questão, pouco provável, há de ocorrer.

Essa dimensão busca atender os objetivos da educação, da performance e do lazer. Não podemos negar nenhuma dessas instâncias. Todas elas são importantes e apresentam um potencial para influenciar a adoção de comportamento saudável. É aí que entra a educação física escolar. Esse é o nosso objeto maior de atenção.

Para que, então, o esporte escolar? Primeiro, não há dúvida quanto à sua função educacional. Ele é um elemento forte e possível de educar. Está claro que as crianças e os adolescentes têm no esporte um meio para aprendizagem de valores e de se tornarem fisicamente ativas pelo esporte. O enfoque educativo está bem definido e deve ser assumido pelos professores, pelo gestor, nomeadamente os diretores de escolas, os Secretários de Educação e a classe política, como esta que aqui está. Devemos assumir esse consenso.

Os professores podem mediar o esporte de competição? Sim, visto que a competição é inerente à prática esportiva. Isso não quer dizer que ela precise ser exclusiva.



Preocupação passiva.

Quando falamos de um projeto, quando falamos de políticas, infelizmente, pela pouca efetividade, alguns colegas se posicionam como se houvesse só mesmo uma preocupação passiva. Essa preocupação passiva é aquela em que apresentamos o diagnóstico sem uma ação subsequente. Criamos políticas genéricas sem uma efetividade, avaliamos de forma superficial, ou sequer apresenta os impactos que esses políticos podem trazer de maneira que elas possam perdurar, que elas possam ter uma continuidade e alguns programas também com profissionais sem qualificação para exercer.

Não há mágica. O esporte por si não faz educação, não faz saúde. Não transforma nada disso em saúde, nem em educação. É o elemento que tem um conhecimento que é capaz de pegar uma prática e transformar em educação, transformar em crescimento e desenvolvimento.

O enfrentamento ativo que temos defendido.

Primeiro, uma qualificação permanente dos professores. Estamos ligados na estrutura. Está sendo construído, acho que foi concluído, um centro olímpico de magnitude em Fortaleza, no Ceará. No entanto, o Estado já disse que não quer assumir. A Prefeitura também disse que não quer assumir, e é um equipamento fantástico. Falta o quê? A política para o uso. E essa política... os centros internacionais falam que não podem ser só centradas nesse Centro Olímpico. Existem as parcerias comunitárias. Existe a escola como fomentadora de tudo isso, e esses elementos precisam se unir.

Capacitação dos gestores para a compreensão atualizada.

O gestor tem que ter uma compreensão atualizada de como se envolve a educação física e o esporte na escola. Melhoria na aptidão física para a saúde e uma carga horária para o ensino dessas atividades físico-esportivas incluída no projeto pedagógico. Não pode ser, não. O projeto pedagógico é que tem aula de educação física, quem quiser vem à tarde. Não funciona dessa forma. Tem que ter um delineamento, um direcionamento pedagógico dentro da escola, e a escola precisa assumir isso.

Parcerias comunitárias.



Os últimos documentos que tenho lido, inclusive agora da Associação Europeia de Educação Física — EUPEA, orientam que sem as parcerias comunitárias vai ser muito difícil a implantação de políticas públicas, que esse problema que ocorre no Brasil ocorre no mundo inteiro, da inatividade, da dificuldade de implantar as políticas com a crise mundial, crise do Brasil. Falei isso há duas semanas ao Secretário de Esporte de Fortaleza. Ele disse: *está tudo parado, porque estamos esperando a verba*. Fui mostrar a ele que se ele pudesse fazer as parcerias iniciais com a escola e clubes da comunidade ele já estaria dando o *start*, que é o necessário para a política começar a se mostrar.

Oferecer competições e atividades relacionadas à saúde, ampliar e complementar o tempo nas atividades relacionadas durante as aulas, os gestores devem assumir a corresponsabilidade junto com os professores pela qualidade, inclusive, dos novos espaços. Os programas devem ter um profissional habilitado para poder transformar uma ação motora e cultural em educação e algumas propostas.

Entendemos que é necessário propor algo. Então, trazemos a seguinte situação: é imperativo e precede qualquer ação o compromisso do Poder Público com a qualificação dos professores.

Ora, se eu trago professores que estão metodologicamente, didaticamente ultrapassados, não tenho como implantar uma política de esporte nessa perspectiva da inclusão, nessa perspectiva do aumento da intensidade das aulas, nessa perspectiva de incluir todos com menos habilidades, mas não diminuindo a essência da atividade, motivando, trazendo o aluno. Ele precisa ter conhecimentos atualizados. Sem isso, não irá funcionar uma política integral de desporto educacional no programa curricular.

É importante que ele não seja estranho à escola. Esta não precisa ter medo do desporto educacional porque vai haver competição, os meninos vão estar fora do ambiente de escola. Ele é um produto do projeto pedagógico, precisa ser um produto do projeto pedagógico, com a área de conhecimento objeto de estudo da educação física.

Escola e comunidade envolvente. Trabalhar em parcerias no sentido de providenciar os espaços e organizar as atividades, orientadas pelo profissional de



Educação Física, para que os alunos participem em horário extraescolar. Já finalizando, valorizar o esporte escolar conscientizando os diretores para que eventos relacionados ao esporte recebam da escola o tratamento igualitário.

Os eventos escolares não podem ser um apêndice em que os professores do restante das disciplinas entram de férias por 1 semana e deixam lá o profissional de Educação Física tomando conta dos jogos. Esse evento tem que fazer parte do calendário, tem que haver um envolvimento de toda a comunidade escolar, inclusive, de pais. A família precisa participar, e não pode ser tratada como atividade extracurricular.

Campanhas dirigidas aos pais sobre os riscos do sedentarismo. Estudos mostram que os pais são impedimento para as crianças fazerem atividade física. Eles não facilitam para que a criança saia de casa para retornar à escola. Eles não facilitam na compreensão de que a criança precisa estar em casa, estudando português e matemática. Não compreendem — o colega vai falar da Neurociência — a importância que é ser ativo, ter um bom padrão de aptidão física para o seu desenvolvimento acadêmico. Isso é fundamental, isso é necessário, isso é uma premissa.

Finalizando, não perder os talentos que estão destacados nos jogos. Eles precisam ter ali um grupo de especialistas que possa identificá-los, que possa encaminhá-los aos centros de formação. Aí, sim, saindo da escola, saindo dos projetos escolares, para passar a ser um atleta de rendimento, um atleta de performance.

Mas isso tudo tem que acontecer após passar pela Educação Física, após passar pelas práticas inclusivas, após passar por metodologias que lhes dê competência, sentimento de autoeficácia e, acima de tudo, que eleve a autoestima de crianças e adolescentes. Eles precisam estar com a autoestima elevada porque não adianta destacar os que já estão resolvidos, os mais habilidosos, aqueles que, inclusive, academicamente, são destaque da escola.

O papel da escola, dos professores e da Educação Física, através do esporte e das aulas de educação física escolar, é trazer todos para competência. É exigir deles performance, também, mas lhes dar a condição para que possam alcançar.



Dessa forma, a boa orientação faz a diferença, e acreditamos que seja o profissional de Educação Física o responsável por essas práticas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado pela sua explanação, professor Antônio Ricardo Catunda de Oliveira.

Eu gostaria só de informar que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, da Câmara dos Deputados, permitindo a interação com o público. Perguntas poderão ser dirigidas aos expositores e serão encaminhadas à Mesa por meio de nossa Secretaria.

Eu queria, também, registrar que esteve por aqui o Deputado João Derly, que é um dos autores deste requerimento.

Neste momento, falará o Sr. Dagoberto Buarque de Assis. Por favor, professor Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO BUARQUE DE ASSIS - Gostaria de agradecer o convite e parabenizá-los pela iniciativa desse debate. Gostaria, também, de cumprimentar os senhores presentes e dizer da satisfação — diante de uma brilhante apresentação — em falar um pouco da escola, falar da educação física escolar e trazer à baila uma discussão iluminada da Neurociência e da promoção da Saúde na escola através da Educação Física.

É de conhecimento de todos que o professor de educação física ou o profissional de educação física seja da área de saúde — e o único da área de saúde no Ensino Fundamental. A saber, o professor de Ciências é considerado da área de saúde e atua, a partir do quinto ano e do sexto ano do Ensino Fundamental, se tiver formação em Biologia, senão não é considerado da área de saúde.

Eu trabalho na rede pública municipal da cidade do Rio de Janeiro, onde é atendida a Educação Física desde o Espaço de Desenvolvimento Infantil — EDI, que são as creches, até o nono ano. Bom, a educação tem sido ancorada historicamente em um modelo racionalista de mente e de aprendizagem, num cenário dualista em que às emoções e ao corpo restou um papel secundário, quando não interdito, no processo educacional.

Entretanto, nos últimos 30 anos, as contribuições das neurociências resultantes de pesquisas de imagem do cérebro vivo e em atuação, mesmo que ainda não apropriadas pela educação, vêm demonstrando e apontando para a



unidade corpo-mente e para o papel essencial das emoções e da motricidade, particularmente na cognição e na promoção da saúde.

Para o interesse da educação física escolar, entre as mais impactantes informações que as neurociências nos oferecem, estão as que dizem respeito às relações entre razão e emoção, à não disjunção entre corpo e mente, ao protagonismo da motricidade nas funções cognitivas e de aprendizagem e, ainda, ao papel da alegria e do prazer na aprendizagem e na promoção da saúde, entre outras.

Assim, as neurociências nos provocam quando afirmam que a concentração de receptores químicos para a serotonina, por exemplo, um neurotransmissor cujos principais efeitos são a inibição ou redução da agressividade e o favorecimento do comportamento social, encontra-se justamente no setor ventromediano do córtex pré-frontal e amígdalas cerebrais, integrando-se ao planejamento e tomada de decisões pessoais e sociais, processamentos de emoções e sentimentos, retenção de imagem mental ou memória de trabalho e raciocínio, indicando a plena participação das emoções no processo cognitivo, como também a sua mediação sociocultural — Damásio (2000). Vale lembrar que a redução das emoções pode constituir uma fonte igualmente importante de comportamento irracional.

As neurociências nos provocam também ao demonstrar que a função motora do cérebro, além de responsável pelo movimento, é determinante de todas as outras funções, como a percepção, a atenção e a emoção, afetando os processos cognitivos de memória, cognição e aprendizagem.

Ratey e Hagerman enfatizam que nascemos para nos movimentar e que aquilo a que usualmente nos referimos como pensamento já foi motricidade. Aquilo que chamamos de pensamento é a internacionalização evolucionária do movimento.

À medida que a nossa espécie evoluía, nossas habilidades foram se desenvolvendo e se transformando nas habilidades abstratas de prever, sequenciar, calcular, planejar, ensaiar, auto-observar, julgar, corrigir erros, mudar de táticas e, depois, nos lembrar de tudo que fizemos para podermos sobreviver. Os circuitos cerebrais que os antigos ancestrais usavam para fazer uma fogueira são os mesmos que usamos hoje para aprender francês.



Além do estabelecido sobre o cerebelo, por exemplo, no que se refere a este ser o coordenador da motricidade, verificou-se também que ele coordena pensamentos, atenção, emoção e habilidades sociais, havendo um duplo referenciamento entre complexidade do movimento e complexidade de pensamentos.

Para essas conclusões, foram fundamentais os estudos sobre o envelhecimento de Cotman (1995), que estabeleceu uma conexão direta entre o movimento e a função cognitiva e, ao fazê-lo, abriu caminho para os estudos do exercício físico na neurociência.

Nessa perspectiva, ficou evidenciado que movimento é cognição, provoca a neurogênese, cria dendritos e fortalece a sinapse, a coordenação motora, de pensamentos, da atenção, das emoções e das habilidades sociais e o *timing* cognitivo.

A conexão biológica entre a motricidade e a cognição tem o seu padrão ouro no exercício aeróbico moderado, que aumenta as descargas de neurônios e seu ajuste, aumenta o fator neurotrófico derivado do cérebro, relacionado à reconstrução celular, favorece o pensamento divergente e a criatividade, aumenta e ajusta os níveis de endorfinas e dopaminas, promovendo a cognição, a qualificação da aprendizagem e da saúde.

Por outro lado, muitas pesquisas da correlação entre exercício intenso e função cognitiva demonstram uma diminuição da *performance* cognitiva nos exercícios exaustivos, mostrando que alguns tipos de exercício são deletérios à saúde e à cognição.

Damásio (2000 e 2004), afirma que o estado do corpo é qualificador do pensamento, que, seja positivo ou negativo, é acompanhado e completado por um correspondente modo de pensamento.

As paisagens corporais dolorosas são acompanhadas por um pensamento lento e um raciocínio automatizado, com foco na experiência dolorosa e conseqüentemente introspecções num cenário favorável às sensações de impotência, de baixa estima, de dependência, de estase orgânica e uma diminuição das reações imunológicas, o que resulta em um aumento de risco de doenças.



As paisagens corporais de prazer são acompanhadas de um pensamento rápido e um raciocínio criativo, assim como uma pré-disposição mental e anseios de expansão no mundo. Esse cenário é favorável a uma sensação de empoderamento, um aumento da autoestima e da autossuficiência e uma melhoria das reações imunológicas, o que resulta em facilitação da aprendizagem e promoção de saúde.

Assim, enfatizamos que a aprendizagem e a promoção da saúde partilham das mesmas características biofisiológicas, quais sejam: movimento, prazer, ludicidade — curiosamente, elementos essenciais da educação física. Essa informação afeta diretamente a educação física escolar e aponta para a necessidade de uma reestruturação.

Da apropriação das mais recentes pesquisas sobre o cérebro e a obesidade, surge uma tendência para uma dinâmica em salas de aula — já em processo de implementação em projetos-piloto nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália — que se refere à mudança do mobiliário escolar de modo aos alunos assistirem a aula em pé, em frente de uma mesa alta, com um banco ao lado para um opcional e rápido descanso.

Tal dinâmica tem registrado um aumento de concentração, da participação e dos gastos calóricos e uma melhoria do desempenho acadêmico, como podemos depreender das pesquisas de *(ininteligível) et al.* e Heilinger.

Esse fato concreto e bastante curioso nos mostra que a escola, desde a sua origem, por influência de uma visão mentalista de inteligência e aprendizagem, se esforçou ao máximo para manter os estudantes sentados, quietos, silenciosos e compenetrados para estudar e aprender, pois entendia o silêncio, o imobilismo e o sofrimento como expressões máximas do desempenho acadêmico. E o que restou demonstrado é que a cognição e a aprendizagem estão de fato relacionadas a movimento e prazer.

E toda essa integração é orquestrada por neuro-hormônios, cuja produção é estimulada pelo movimento. É uma questão de crescimento *versus* decadência, de atividade *versus* inatividade. Se não estivermos nos movimentando, não haverá necessidade de aprender algo.



O que reafirmamos é a importância da educação física escolar, principalmente nas séries iniciais, que demandam atividades lúdicas, que envolvam corporeidade, espaço e tempo, em uma perspectiva da organização motora de base.

Segundo essa perspectiva, os conceitos de coordenação motora global e fina, estruturação espacial, orientação temporal, rítmica, lateralidade, estruturação corporal e equilíbrio são fundamentais, especialmente por suas relações com a aprendizagem, visto que seu desenvolvimento deficitário poderá ocasionar entraves ou problemas na leitura, na escrita, em sua direção gráfica, na distinção de letras, na ordenação das sílabas, no pensamento abstrato e lógico, na análise gramatical, na apreensão de tempos verbais pela indistinção ou dificuldades rítmicas, nos sentidos de permanência, duração e de sucessão, na tão necessária distinção entre presente, passado e futuro e em algumas habilidades matemáticas, entre outras.

Por outro lado, esse movimento a ser buscado não deverá ser repetitivo, tampouco compulsório. Ao contrário, ele deve ser espontâneo, embora orientado e diversificado, lúdico e prazeroso. Esse cenário nos remete diretamente a um conjunto qualificado de atividades que envolve a criança num ambiente de fruição e prazer, favorecendo o fluxo de autonomia e criatividade.

Assim, num contexto de cultura corporal, os conteúdos da disciplina Educação Física escolar deverão problematizar o significado do brincar, jogar, dançar, lutar, em uma visão crítica de mediação das conjunturas sociais. Daí a necessidade de serem trabalhados valores democráticos de solidariedade, respeito e ética.

Não podemos esquecer que a própria competição, que é um dado da cultura, quando tratada de modo simplista e naturalizado, também pode acarretar formas excludentes de socialização. É preciso mediar também, nos conteúdos da Educação Física, as relações de poder, de dominação, do preconceito, de defesa do direito, do enfrentamento à violência, incluindo as discussões de gênero e promoção da saúde, visto que a escola se apresenta como espaço estratégico para essas tarefas.

A Educação Física escolar, enquanto disciplina obrigatória no currículo da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, estabelece importante aproximação com o campo dos estudos de gênero, na medida em que conforma terreno preferencial de evento e que eclode situações concernentes a essas



sistemáticas no cotidiano da escola, conferindo a esse profissional o papel de principal mediador.

Gênero, em seu entendimento mais amplo, refere-se ao conjunto de construções sociais, cultural e históricas que determinam comportamentos, preferências e papéis sociais atribuídos aos exercidos pelos sujeitos em suas relações sociais, tensionados a concepções naturalizadas, que enquadram identidade de gênero na moldura exclusivamente biológica. Beauvoir, Louro, Altmann, 2000.

Em contradição às proposições do senso comum, o gênio não pretende, e jamais pretendeu, estabelecer-se como opositor, ou antagonista, ao conceito de sexo, mas, como seu correlato inevitável, visa problematizar as relações sociais que se constroem a partir das diferenças entre sexo, ou seja, questionar o sentido social das atribuições, por exemplo, das tarefas domésticas às mulheres e das brutalidades como características essencialmente masculinas entre outros os elementos dessas relações que não se evidenciam na estrutura biológica da espécie, mas que acabam determinando os destinos sociais dos seus entes.

A Educação Física escolar espaço de inúmeras situações que aguardam relações diretas com questões referentes ao gênero, que vão desde a dúvida apresentada pelos estudantes no decorrer das aulas até as manifestações explícitas de preconceito e discriminação, seja pelas diferentes aptidões técnicas apresentada pelo sujeito, seja pela conformação dos biotipos em disputa no espaço das aulas, seja pela apresentação de comportamentos considerados desviantes da norma heterossexual, o que faz deste o momento potencial de intervenção, mediação e problematização do lugar social destes sujeitos em formação.

Do ponto de vista da escola, há críticas quanto à autointitulação do esporte, em seu aspecto educacionais de promoção de saúde e inclusão. Apesar da vasta defesa do esporte educacional, sua referência ainda é o esporte de alto rendimento, tendo como modelo a ser seguido o atleta profissional. Por sua vez, um cumpridor de regras, desprovido de uma vida social questiona se o potencial educacional desse esporte, uma vez que ele não promove autonomia, emancipação e crítica, estando, portanto, em contradição com os próprios princípios orientadores da prática



educacional, estabelecidos nos principais documentos norteadores da educação no País.

Em relação à promoção da saúde, é muito controversa a relação esporte e saúde, visto que a sua prática pressupõe repetitividade, reprodução e aperfeiçoamento técnico dos movimentos, negando a espontaneidade, diversidade, fruição e prazer relativos à promoção da saúde na escola.

E resta por melhor se explicitar a sua capacidade de inclusão a partir de uma atividade altamente exigente quanto à qualificação, habilidade e competência, o que mostra que o esporte é cada vez menos para todos, tal como destacam Ratey e Hagerman, para quem *“a cruel ironia era que os tímidos, os desajeitados, os fora de forma — alguma das crianças que mais poderiam se beneficiar dos exercícios —, eram deixados de lado na arquibancada”*.

O praticante do esporte é permanentemente submetido à pressão por disciplina, por superação e vitórias, não devendo assim ser espelho para uma educação que almeja um cidadão crítico, criativo e participante das transformações sociais. O esporte não é de longe a única nem a melhor linguagem da educação escolar física para esse propósito. Estamos falando da educação, não é?

Para concluir, pelas razões apresentadas, reafirmamos: se estamos interessados em direito a aprendizagem, a aprendizagem e promoção da saúde na escola, é de fundamental importância que os conteúdos da disciplina educação física sejam conduzidos em todas as séries e em todos os níveis de ensino por um professor licenciado em educação física.

Vale salientar que um trabalho sério nessa perspectiva demandará um profissional atento, conhecedor do desenvolvimento infantil, preparado para as intervenções que se fizerem necessárias, de modo a facilitar a trajetória da criança no seu processo de aprendizagem, o que nos indica um trabalho muito além da simples recreação.

Essa tarefa requer um profissional com formação superior de Educação Física, em constante atualização. Uma educação para o terceiro milênio que não esteja pautada na neurociência estará descontextualizada.

Termina a nossa fala aqui com um pensamento de Paulo Freire:



“O futuro com que sonhamos não é inexorável. Temos de fazê-lo, ou não virá da forma como mais ou menos queríamos. É bem verdade que temos de fazê-lo não arbitrariamente, mas com o concreto de que dispomos. E, mais, com os projetos e com os sonhos por que lutamos”.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado pela sua explanação, Prof. Dagoberto Buarque de Assis. Conforme me foi passado, nós estamos em transmissão direta pelo canal *e-Democracia*, e nós já temos duas perguntas.

A primeira eu vou encaminhar ao professor Antônio Ricardo Catunda de Oliveira e a segunda encaminho ao professor Dagoberto Buarque de Assis. Vamos lá.

Quem pergunta é o professor Dárcio Cardoso para o Prof. Catunda: *“Por que até agora o palestrante colocou somente a ideia do esporte como uma atividade física? É necessário ter o esporte como uma vivência mais cultural? Ele usa a educação física simplesmente como um quesito de saúde. Quer dizer que a educação física é sinônimo de saúde? Se não se tem material na escola, espaço e orientação, como trabalhar esse esporte tão desejado pelo sistema?”*

Por favor, quando encaminharem pelo canal *e-Democracia*, digam a sua localização com Estado e Município, se possível.

Peço sua resposta, Prof. Antônio Ricardo.

O SR. ANTONIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Prof. Dárcio Cardoso, agradeço as suas questões. Vou partir da primeira: *Por que até agora o palestrante colocou somente a ideia do esporte como atividade física? É necessário ter o esporte como uma vivência mais cultural?*

Eu queria entender o que é uma vivência mais cultural. O que é uma vivência mais cultural, Dárcio? O esporte é um elemento da cultura, construído historicamente como uma prática social que a escola percebe, só que existe lá na escola uma disciplina que tem os seus objetivos. A educação física não pode dar conta de tudo.



Quando a gente vai falar de esporte, a gente sempre coloca o esporte adjetivado como outras temáticas. Temas que também são relevantes, mas que têm o seu espaço de discussão, como inclusão, diversidade, cultura. Eu acho que isso é importante.

No entanto, nós estamos diante de um problema sério, Dárcio. A disciplina de educação física precisa dar sua contribuição, e eu acredito que se nós ficarmos trabalhando terminologia ou concepções, nós teremos pouco sucesso. Acredito eu que ele também deva ser utilizado como meio de atividade física, e foi isso que eu falei.

No meu slide mostrei a estrutura cultural, e que a escola tem, na disciplina educação física, os seus objetivos, assim como as outras disciplinas têm os seus objetivos, de trabalhar as atividades físico-esportivas, e nós incluímos o esporte nessa perspectiva. De nenhuma maneira eu posso te afirmar que estão daí retiradas a inclusão, a autoestima, a capacidade crítica, a resiliência. São questões com as quais você lida diretamente, e eu falo pra você, Dárcio, que na metodologia eu posso te contemplar com tudo isso.

É na metodologia, Dárcio, e não na terminologia, que a gente pode criar na estratégia de ensino uma possibilidade de contemplar os outros elementos e aspectos necessários para a educação. Essa é a compreensão que nós temos. Então, não foi com a intenção de minimizar a questão do esporte.

A outra pergunta é se eu uso a educação física simplesmente como quesito saúde. Não é “simplesmente”, até porque eu não posso relativizar saúde. Se eu entender saúde como ausência de doença, aí é “simplesmente”. Mas eu não posso relativizar, Dárcio. Não podemos relativizar esse conceito.

E o que se deve ensinar então na Educação Física? Nós estamos trabalhando a educação para a saúde e a promoção da saúde. Se eu tenho uma disciplina que lida com um corpo em movimento, se eu tenho uma disciplina que lida, sim, também, com atividade física, e eu não consigo fazer uma aproximação disso com uma vida saudável, essa disciplina, ela não precisaria estar na escola.

Toda disciplina tem a sua função. A gente pode citar de maneira bem rápida aqui. É interessante, porque eu tive uma conversa com uma amiga ontem. Ela disse assim: “O que ensina então a Biologia? Ela deveria ensinar às pessoas as regras de



saúde e de higiene. A Química deveria prevenir a ingestão de substâncias tóxicas. Não se ensina Física para alertar sobre o perigo de saltar uma janela aberta, ou Português para treinar a habilidade de solicitação de emprego”.

Eu achei interessante isso, porque são questões necessárias, porque essas disciplinas estão lá também para isso. O que a gente precisa é dar objetividade ao ensino, e a Educação Física precisa se posicionar, sob pena de se perder, no universo imenso da educação, em relatividades. Eu acho que nós não defendemos isso.

Por fim, *se não tem material na escola, espaço, orientação, como trabalhar esse esporte tão desejado pelo sistema?* Aí eu concordo contigo, que sem o espaço, sem tudo isso, fica impossível. No entanto, eu sou de escola, Dárcio. Eu trabalhei por 17 anos em escola de educação básica, em escola pública, em Município carente no Estado do Ceará. Eu digo para ti o seguinte: a minha grande preocupação era que eu não tornasse minha aula precária.

Se há uma precariedade de espaço, de material, eu, como professor, não posso tornar minha aula precária. Então, a minha aula tem que ser a melhor aula. A minha condição de ensino tem que ser a melhor, a minha metodologia tem que ser a melhor, a minha estratégia para trazer o aluno para a prática tem que ser a melhor.

No entanto, o que é que eu faço então para diminuir todo esse impacto desse descaso com material e estrutura física? Eu começo a participar de reunião de pais para mostrar que essa disciplina chegou até aqui, mas poderia ter um fim maior. Ela poderia alcançar melhores objetivos, caso a escola me desse as condições desejadas e adequadas para o seu desenvolvimento.

É dessa forma que eu vejo a educação física escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado pela sua explanação.

Agora eu passo a pergunta ao Prof. Buarque para ele responda. Quem pergunta é o Gabriel de Oliveira Medeiros: *“Visto que hoje muitas escolas têm buscado preparar os estudantes para a realização de exames para o ingresso em universidades, principalmente nas públicas, tem-se elevado a carga horária de disciplinas como Língua Portuguesa, a qual se divide em redação, literatura, gramática e interpretação de texto, por exemplo, e houve uma diminuição das*



disciplinas Educação Física e Artes. Contudo as Artes ainda estão, de certa forma, ligadas de alguma maneira a esse tipo de exames pré-vestibulares. Vocês não acham que deveria haver uma certa restrição a esse aumento excessivo de carga teórica e à precarização da Educação Física? Como poderia ser feito para que, pelo contrário, as aulas de Educação Física pudessem ter aumentada a carga horária no ambiente escolar?”

O SR. DAGOBERTO BUARQUE DE ASSIS - Gabriel, eu diria que o aumento das disciplinas das áreas ditas intelectuais — não é isso? — como Português e Matemática, na minha opinião, oferece um equívoco ao aluno. A inabilidade, o sedentarismo, a inatividade física, como foi dito aqui, à luz da neurociência, ela promove um fechamento de circuitos neurais que não favorece a aprendizagem.

Então, o imobilismo, haja vista que mais de 60% dos cérebros estão envolvidos com movimento, significa dizer que o movimento é a expressão maior do corpo. Como diz aqui Ratey: *“Nascemos para nos movimentar”*.

E, se nós pensarmos desta forma, o equívoco vai a partir do momento do aumento. Então, nós estamos vivendo um mundo neoliberal, vivendo um mundo onde se quer para o filho que as crianças não brinquem, não joguem, em que elas estão aprisionadas por conta das altas necessidades dos pais e dizer que vai promover uma educação de qualidade e competência para inserção no mercado trabalho, e essas crianças estão saltando etapas; etapas que, biologicamente, dificultam sua maturidade enquanto ser social. Então é interessante ressaltar o reforço à questão do equívoco.

E nunca foi dito, ou poucas vezes se disse, que a educação física e a motricidade têm uma fina sintonia com a cognição. A Educação Física ainda é vista na escola como entretenimento; é colocada depois do horário, falta material — não é isso? —, dentro das escolas privadas é uma disciplina cara, porque tem que comprar material extra, embora as escolas privadas a utilizem como *marketing* através do esporte.

Então nós temos que refletir mais, estudar um pouco mais sobre a neurociência, porque a neurociência nos traz como funcionam os processos de aprendizagem. Os professores, muitos deles, são treinados a ensinar, e nós temos também que aprender como se processa a aprendizagem nas crianças e a respeitar



a maturidade biológica, a respeitar o que ela traz no seu histórico social de vida, o que também é maturidade, situações de aprendizagem que não são contempladas, principalmente na escola.

Então é de fundamental importância que, nas séries iniciais... Porque existem neurônios relacionados à educação básica, à formação de conhecimentos básicos, e se tal formação não for trabalhada, se não for contemplada nessa fase, muito dos conhecimentos que nós dizemos... O que é a educação básica? É aquilo que é básico para a pessoa saber sobreviver no mundo. Então se esses neurônios não são desenvolvidos, nós teremos muita dificuldade, enquanto adultos, em uma série de processos, principalmente de aprendizagem e de acúmulo de memórias que sejam positivas para o nosso dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Professor.

Agora passo a palavra para o Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física.

O SR. JORGE STEINHILBER - Obrigado, Deputado Evandro Roman.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. por chamar esta audiência pública, que tem como objetivo a contribuição para a construção do plano nacional de esporte, do sistema nacional de esporte.

Eu entendo que esta é uma audiência que deva trazer à baila exatamente as posições e as contribuições para que, dentro desse sistema, sejam resgatados diversos pontos que foram brilhantemente apresentados pelos dois expositores.

Nesse sentido, é importantíssimo que se traga para cá a definição do esporte. O profissional de Educação Física Ricardo Catunda disse, com toda propriedade, que o que importa é a metodologia do profissional, a competência do profissional, o conhecimento do profissional, mas, dentro desse sistema nacional de esporte, da Política Nacional do Esporte, há a necessidade premente de se definir o que é esporte, porque até hoje, em nenhuma das legislações que nós tivemos, há uma definição clara do que é esporte. Nós temos manifestações esportivas, mas não temos a definição do esporte.

Se nós não temos a definição de esporte, nós corremos o risco de cair na pergunta foi feita anteriormente. Será que o profissional vai usar só o esporte? Mas, se eu não sei que o é o esporte, como eu estou dizendo que será somente esporte?



E se nós considerarmos a definição de esporte dada pelo Dr. Manoel Tubino de que qualquer movimento é esporte, jogar frescobol é esporte, correr é esporte, caminhar é esporte, conseqüentemente nós estaremos contemplados nessa questão da Educação Física escolar, porque ela não pode prescindir do movimento.

Outra questão importantíssima que eu queria trazer para os dois debatedores, é que estão em discussão as diretrizes nacionais para a educação básica, e lá tem um ponto, tem o viés de uma discussão pública no sentido de ser analisado o que ali está posto. Creio que seria importante os dois se manifestarem sobre isso, porque também poderá trazer contribuições para a construção do plano nacional do esporte, do qual V.Sa. é o Relator, e, com certeza, fará um trabalho brilhante.

Um ponto que eu queria trazer para reflexão é também a questão da importância da disciplina de educação física com relação à aquisição do conhecimento cognitivo. Eu penso que esse é um mote fundamental cientificamente provado hoje — não era anteriormente. Infelizmente, a nossa cultura continua com o entendimento de que a educação física na escola, principalmente nas primeiras séries, basta como lazer, e não pode ser somente lazer. Por conta de não poder ser só lazer e de contribuir na alfabetização motora, se fazem necessários profissionais de educação física para desenvolver esse trabalho, no mínimo, de primeira a quinta série.

Há uma desculpa que não foi posta nesta Casa, mas foi posta no Senado, porque esta Casa aprovou o projeto de lei determinando que a educação física seja dinamizada pelo profissional de educação física. A desculpa apresentada é que não há recursos financeiros para contratar profissionais que desenvolverão esse trabalho.

Eu gostaria de ouvir um pouco a opinião dos dois conferencistas, porque eu entendo que jogar responsabilidade na falta de recursos financeiros em detrimento de processo educacional e em detrimento de uma política que deva contribuir para um Brasil grande e a defesa da criança me parece muito pouco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Jorge. Deixo livre o microfone para, a qualquer momento, o senhor fazer suas



considerações. Há preferência para que alguém comece a responder? Pode ser o Sr. Catunda. Por favor, então, Prof. Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO BUARQUE DE ASSIS - *(Inaudível.)* São as bases curriculares comuns. Ela tem três preditores interessantes para a permanência desse profissional de educação física, reconhecendo-o como educador, e, no que diz respeito à questão da educação continuada, ela prevê a necessidade de os gestores públicos entender a importância do investimento na educação continuada dos profissionais de educação, antes de mais nada, investirem numa educação de qualidade.

A outra situação é o direito à aprendizagem. Sobre o direito à aprendizagem, com a qualificação que acabei de citar, nós estamos propondo que sejam incluídas dentro dessa educação continuada essas visões da neurociência, porque elas nos dão a imagem ou nos dão as condições bioquímicas e neurais de como funciona a aprendizagem e qual a melhor paisagem corporal para essa aprendizagem. Então, é sabido que, quando se aprende sob uma situação de constrangimento e de sofrimento, aquele aprendiz não é criativo, ele é atomizado. É o caso de se estudar tabuada para saber o resultado de uma conta, uma operação de somar, o que é diferente de se brincar com números e o aprendiz vir prazerosamente. Então, os circuitos neurais relacionados ao prazer nos dão essa facilidade. Ele flui de uma forma, circula de outra forma e promove oxigenação maior de áreas concernentes ao cérebro que facilitam a aprendizagem. Portanto, com relação ao direito à aprendizagem se pressupõe um profissional qualificado. Esse profissional qualificado há que ter o entendimento desses gestores de investir nessa qualificação.

Uma outra dica seria trazer à baila a neurociência, que é muito nova, uma ciência de 30 anos para cá, que começa os seus estudos com base na imagem. Anteriormente, a educação tinha uma questão relacionada ao comportamento de estudos em cadáver, vindo de Freud, e a neurociência estuda a imagem, a pessoa viva com os seus órgãos funcionando. Então, é uma outra referência.

Uma terceira situação é o documento que diz que a saúde é um direito, não somente a Constituição, mas os documentos de educação. Eu digo a V.Exa. que o profissional qualificado para trabalhar com a saúde — não com a visão do SUS, que



tem a visão de prevenção à doença —, mas com a saúde que diz respeito ao bom funcionamento orgânico e às condições saudáveis de ambiente, tanto da escola, quanto das relações interpessoais, que venham a arredondar obviamente numa qualificação, ou seja, numa vida com qualidade. Isso requer, como o Prof. Catunda havia falado, o aprendizado de um estilo de vida saudável. Existem dispositivos da Organização Mundial de Saúde relacionados à questão do ambiente saudável de trabalho, porque isso interfere no ambiente favorável às aulas.

Era previsto, pelo Ministério da Educação, que até 2015 todas as quadras de esporte do Brasil estariam cobertas. O meu Município, o Rio de Janeiro, já declarou que tem em torno de 150 escolas não vão poder ter quadras cobertas, porque a proposta do Ministério da Educação é que sejam em terreno próprio do Município. Entretanto, essas quadras estão em terrenos arrendados do Município, tutelados pelo Município, então não vão poder ter quadras cobertas. E o fenômeno climático de baixa umidade do ar e alta temperatura expõe a criança, o aluno, e o profissional a riscos e agravos de saúde.

Esse profissional, na minha opinião, é o qualificado, embora eu tenha uma crítica a fazer: ele ainda não incorpora muito bem essa questão de saúde; quando se pergunta, sobre saúde, ao professor de educação física, ele ainda acha que é um ato médico. Ora, o médico cuida de doença; o professor de educação física cuida de saúde. E foi dito aqui que o movimento é promotor de saúde e também de cognição. Nós não falamos em doença, falamos que o movimento é não preditor, mas preventor de uma série de situações de agravo à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado.

Prof. Catunda, sobre a solicitação, eu acho que falta ainda a resposta.

Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. tem a palavra para suas perguntas e considerações.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Caro Presidente Evandro Roman, autor do requerimento, colega paranaense e ex-Secretário do Esporte do Estado do Paraná; prezados convidados que estão aqui, Dagoberto de Assis, da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro; e Antônio Ricardo, do Conselho Federal de Educação Física; Jorge Steinhilber; Lúcio Rogério; nossos



companheiros. É para mim muita alegria falar de professor, como professor de Educação Física e Deputado Federal há 25 anos na Casa.

Eu trouxe para cá, quando cheguei, duas experiências: uma como Prefeito da minha cidade, Cambé, onde tive a oportunidade de implantar, pioneiramente, em 1983, a Educação Física nas escolas municipais e as escolinhas de esportes, que foram um sucesso absoluto, pois funcionava, mais ou menos, como contraturno, sem ser essencialmente contraturno. E tive a experiência de conseguir implantar, em uma única escola, o período integral: metade do período integral, o contraturno, era dedicado à atividade esportiva. Fizemos 14 módulos. Mas o forte era a atividade esportiva, pois queimava a energia dessa criançada para que chegasse em casa e dormisse. Também oferecíamos uma boa refeição na escola. O Município sempre colheu bons frutos.

Também tive a oportunidade, na época, Evandro, de implantar um programa odontológico nas escolas, que evoluiu, em seguida, para a Clínica de Bebês. E hoje colhemos como resultado um dos menores índices de cárie dentária no País. Já não estou em Cambé há muitos anos, mas quando estive lá, outro dia, o Prefeito falou que o programa é tão longo, tem mais de 30 anos, que ao ver na escola uma criança que estava com os dentes ruins, ele disse: “Você não é daqui” e a criança respondeu: “Não, minha mãe mudou para Cambé este ano”, porque se via que o dente daquela criança não era como o das outras. Quando se fala em educação física, tem que se falar nos dentes, na alimentação, no acompanhamento. Eu tive várias experiências de tentar separar as crianças com problemas, mas isso não dá certo; é preciso misturar todos os tipos de deficiência e de problemas e trabalhar em conjunto mesmo.

Quando cheguei aqui, eu também tinha passado pelo Governo do Estado, como Secretário de Fazenda. Mas o que o Secretário de Fazenda tem a ver com o esporte? O Secretário de Esporte Edson Gradia, do Governo Alvaro Dias, criou o Programa Frutos da Terra. Eu disse: “*Puxa, vamos fazer um Paraná Olímpico para trazer os atletas do Paraná de volta*”. E o criamos com recursos do BANESTADO, do BADECO, do BRDE e um pouco do Tesouro. Cada atleta de nível estadual, nacional e internacional (pan-americano, sul-americano, olímpico) tinha uma ajuda de custo. Rapaz, isso foi um sucesso absoluto, enorme, gigantesco!



E quando cheguei aqui, o Eduardo Mascarenhas tinha apresentado um projeto de lei que criava o Conselho Federal de Educação Física. Eu cheguei já como Vice-Líder do Governo do Itamar; do Collor não, eu era contra o Collor. Consegui relatar o projeto de lei e falei ao Eduardo que ia aprovar isso, e o aprovamos — a minha especialidade é a de ajudar a fazer tramitar e aprovar os projetos. Realmente foi uma grande conquista. Depois fui Relator também da Lei Zico, da Lei Pelé e da Lei de Incentivo ao Esporte, concebendo toda a parte financeira, de modo a captar algum dinheiro para o Estado por meio das loterias, da Lei Zico, etc.

O fato é que sem esporte de base na escola, e essencialmente na escola, não terá futuro o esporte brasileiro, pois a produção de atletas em larga quantidade somente a escola pode oferecer. O Plano Nacional do Desporto, que você relata, Evandro, é fundamental — embora na Lei de Diretrizes e Bases houvesse a exigência do primeiro plano, do segundo plano, etc.

Estou fazendo também algumas outras discussões sobre o financiamento da educação brasileira à luz da decisão dos 10% do PIB. Cumpre dizer, pesarosamente, que não vai ser possível cumprir o aspecto financeiro, porque o pré-sal virou pó. Eu constatei isso e trouxe à Comissão de Finanças e Tributação o Diretor da Agência Nacional do Petróleo — ANP e o pessoal do Fundo Nacional. Vamos voltar a discutir a matéria. Nós temos que nos virar com o que temos.

Mas eu acho que o governante, Evandro, deve trabalhar com um fundo de construção de quadras, de coberturas, e de reformas, assim como é com o nosso Fundo de Desenvolvimento Urbano, no Paraná, que eu criei quando fui Secretário de Estado do Governo Alvaro Dias. Se você criar um fundo para investimento na área de desporto, poderá — numa primeira partida local de financiamento do Governo do Brasil, do Banco Mundial e do Banco Interamericano — alocar recurso nesse fundo. E ele vai ser um fundo rotativo: empresta para o Município, empresta para o Estado, faz e volta. O importante é ter o equipamento construído e mantido.

De quando em quando é preciso uma reforma. Eu tenho como exemplo um amigo que é hoteleiro em Londrina, o Vezozzo. Ele tem a quarta maior rede de hotelaria do Paraná. O ano inteiro ele reforma meio andar. Se você chegar lá, vai encontrar meio andar separado, sendo reformado. Ele fala que a cada oito anos é



preciso dar um giro completo em todos os quartos e apartamentos do hotel. Mas este é um mal do Brasil: a rua ficar sem manutenção até apodrecer, e também a escola e a quadra. Tem que reformar o Estádio do Café, o Moringão, o Ginásio de Esporte de Cambé; tem que reformar o hospital. Então há a parte de construção e depois a de manutenção.

Um programa que o Governo Federal tinha e que funcionava bem era o Dinheiro Direto na Escola, que está meio parado por falta de dinheiro. Ele representava um dinheirinho na mão da diretora da escola, para que se pudesse reformar, trocar tabela, trocar maçaneta de porta, lâmpada e encanamento, aos poucos. Nós temos que pensar que para haver a exigência de desporto, tem que haver a infraestrutura e a garantia de manutenção dessa infraestrutura.

Quero parabenizar os convidados, os representantes do Conselho Federal de Educação Física e da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Convidaram-me para que participasse dando um depoimento; estou dando o meu depoimento para somá-lo aos que temos nessa matéria maravilhosa. Nós temos que cuidar das nossas crianças e lugar de criança é na escola, não é em outro lugar.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly, profissional de educação física. Saudades daquele Cambé dos anos 80, com o *handball* forte, atuante. O esporte realmente era prioridade no seu Governo em Cambé.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Foi com elas que eu comecei Educação Física. Para encaixar, elas vão dar aula, as meninas do *handball*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Depois, como Secretário da Fazenda, já num segundo momento — eu era Secretário de Esportes —, por muitas vezes, ajudou-nos, e ajudou muito com toda a sua equipe.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Também por iniciativa da sua secretaria, e com o nosso apoio, criamos a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, do Paraná, que está pronta para ser usada. O Governador pode usá-la. Ela está prontinha, aprovada pelo CONFAZ — Conselho Nacional de Política Fazendária, aprovada pela Assembleia. V.Exa. trabalhou muito essa lei. Ela é realmente uma ferramenta maravilhosa em que o Estado pode dispor do ICMS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Este foi um ano muito difícil para todos os Governadores, mas tenho certeza de que, na primeira oportunidade que tiver, o Governador Beto Richa irá implantar essa lei.

A palavra está com o Sr. Presidente Jorge.

O SR. JORGE STEINHILBER - Quero só resgatar aqui que o Deputado é a expressão viva do que ele recebeu na Educação Física. Ele acabou de nos mostrar aqui que participou do *Master* de Basquetebol — e muito bem. Está aí a prova viva do trabalho bem realizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu tive a oportunidade de ver uma “humilde” cesta de três pontos fantástica que realmente ficou registrada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Se eu não tivesse visto o vídeo, podem ter certeza de que eu ficaria em dúvida.

Brincadeiras à parte, Deputado Luiz Carlos Hauly, muito obrigado. É um prazer imenso ter seguido muitos conselhos que tive, no Governo do Estado do Paraná, quando V.Exa. foi Secretário da Fazenda do Estado.

Agora temos uma pergunta do Laercio, de Maceió, para o Prof. Catunda.

“Na escola Aduino Bezerra, no Ceará, local em que se treina e se tem sucesso no ENEM, a Educação Física é teórica. Parece que o crescimento desordenado de cursinhos no País, com aulas teóricas de Educação Física, está aumentando. O que o senhor acha disso?”

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Agradeço ao Prof. Laercio a questão. O que eu tenho discutido, propagado com os profissionais de Educação Física, é que esse problema não é da escola Aduino Bezerra — eu conheço a escola Aduino Bezerra —, é um problema do Brasil inteiro. Eu diria que é um problema do mundo a diminuição das sessões de aula de Educação Física.

Esta grande descoberta das aulas teóricas é algo próprio do Brasil, e o que eu digo é o seguinte: o conhecimento teórico a ser desenvolvido nas aulas é importante, como eu citei na minha fala, porque não se consegue decidir nada na ignorância. Você precisa ter esse conhecimento para poder fazer as escolhas.

No entanto é comprovado, inclusive pela investigação, que esse conhecimento isolado não produz o que nós queremos, que é a mudança do



comportamento, a criação de hábitos saudáveis. Ele não consegue fazer isso, porque a pessoa não vivencia a atividade; então ela não percebe, não internaliza aquilo como algo importante, o que é, sim, o grande desafio da Educação Física, tornar o indivíduo ativo.

O Sr. Laercio, se não me falha a memória, é o homem da Internet. Só faltou inventá-la aqui no Brasil. Eu queria solicitar ao Laercio que nós ajudasse a criar um mecanismo. Eu sou frontalmente contrário à aula teórica na Educação Física, Laécio, sou frontalmente contrário. Se você tiver uma sessão, ou duas, que elas sejam práticas. Isso não quer dizer que, numa aula prática, não haja conhecimento.

O professor tem possibilidades de, com suas metodologias, incluir o conhecimento na discussão com os alunos durante as práticas. Isso se chama metodologia ativa. Por isso é importante nós procurarmos nos qualificar.

No entanto, nessa busca do conhecimento mais teórico, a Internet hoje é um elemento fundamental, porque os alunos gostam de ali estar. Então, como estratégia de ensino, o professor tem que buscar a Internet, fazer com que os alunos busquem os conhecimentos, tragam pesquisas e tragam essa discussão para escola.

Eu cansei de assistir, em algumas escolas, a professor de costas para os alunos, com um quadro. Os alunos já passam quatro, cinco, seis horas sentados, assistindo a professoras em sala, e o professor de Educação Física entra e se vira para o quadro para trabalhar conceitos que são facilmente identificados e buscados na Internet de uma forma muito mais dinâmica e bem mais atraente.

Então que o Laercio crie uma plataforma para nos ajudar, que crie um banco de dados para que nós possamos colocar os nossos professores na busca desse conhecimento também, como forma de estratégia de ensino, mas em outro elemento que não retirando a experiência prática, para induzir os alunos a um possível conhecimento teórico.

Acho que fiquei devendo mais alguma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Não. Acho que é isso daí mesmo. A não ser que seja para o professor Jorge.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Eu havia feito algumas anotações sobre essa instigação do Professor Jorge.



A base nacional comum, Professor, ainda é incipiente para mim, porque ainda estou fazendo estudos iniciais. Fiz leitura. Coloquei alguns apontamentos. Então, após as considerações, eu não teria como contribuir neste momento.

No entanto, em relação à importância para o desempenho cognitivo é fato que... Fiz aqui algumas anotações relativas ao indivíduo ativo. Quanto mais ativo o indivíduo, maior oxigenação do cérebro, aumento dos níveis de endorfina, estímulo ao desenvolvimento neuronal com aumento da densidade das sinapses, melhora da qualidade do sono. São elementos fundamentais para a aprendizagem.

Fora isso, no âmbito bioquímico — o professor até já falou —, a atividade física está associada ao aumento do fator neurotrófico derivado do cérebro, o BDNF, e esse efeito da atividade física no cérebro melhora o humor, reduz o stress e — um elemento que é fundamental para a aprendizagem — aumenta a plasticidade do cérebro.

Isso nós temos discutido e temos colocado em nossas falas como um elemento fundamental para que não se retire aula de Educação Física, para aumentar aula de Português, de Matemática ou de qualquer outra disciplina. É um contrassenso. Não há essa possibilidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O Gabriel de Oliveira Medeiros, da Universidade Católica de Brasília pergunta ao Prof. Dagoberto: “*A Educação Física também é uma ciência da saúde, contudo, muitas vezes, o tema abordado nas aulas é o esporte*”. Ele abre um parêntese e diz: “*Não desmerecendo, mas a Educação Física pode contemplar muito mais.*” Fecha o parêntese. “*Não seria conveniente colocar dentro do currículo da Educação Física temas de relevância para a juventude e até de abordagem multidisciplinar ou, caso isso já exista ou já exista no papel, não seria interessante que o professor de Educação Física pudesse por em prática?*”

O SR. DAGOBERTO BUARQUE DE ASSIS - Com relação à multidisciplinaridade, nós ainda vivemos um momento, dentro do processo de ensino aprendizagem e em outras áreas, em que cada um vive dentro da sua caixinha. Há a superespecialização. A pessoa é especialista em dedo direito, mas dentro do dedo direito há uma unha. Ele não conhece de unha, ele conhece do dedo direito e de



seus movimentos. Temos de entender que essa discussão sobre a multidisciplinariedade parte do pressuposto de uma abertura do profissional para apreender conhecimento de outros, considerar conhecimento de outros, fazer uma interface com seu campo de ação.

Com relação à Educação Física, temos observado um ponto: embora o profissional de Educação Física seja reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde como profissional de Saúde, a grande maioria dos professores, na escola, não se vê como esse profissional. Eu já havia dito isso.

Quando se propõe a falar de saúde, ele vai em cima da prevenção à doença. Por quê? Porque o estereótipo, ou seja, o modelo adotado pelo SUS é o de prevenção à doença.

O que a Educação Física deve postular é que o movimento faz parte da promoção de situações de saúde. Estamos falando aí de possibilidades de degradação do ecossistema, da qualidade do ar, da qualidade da água, do ambiente saudável — o ambiente saudável interfere até mesmo nas questões de edificação de escolas —, possibilidade de relações interpessoais, possibilidade de respeitar o aluno como sujeito do direito e não de um lugar ou de um depósito de criança.

Obviamente, a Educação Física está aberta a discutir questões de alimentação, questões de gênero e sexualidade, questões de doenças sexualmente transmissíveis, haja vista o resultado da Pesquisa Nacional de Saúde, que apontou um aumento de gravidez na faixa de 12 a 14 anos, de doenças sexualmente transmissíveis, sífilis e drogadição. Essas crianças estão na escola, e a questão de gênero e sexualidade é um tema velado na escola. Ele não é discutido na escola. Eu acabei de ver a Comissão de Educação falando sobre ideologia do gênero, mas há uma bancada fortemente contra essas questões.

O Plano Nacional de Educação vem discutindo a questão de gênero, apontando para a discussão disso no espaço da escola. E algumas Prefeituras, nas suas adequações, retiram a palavra gênero. Então, há um complicador. A gente vê, na questão de gênero, uma discussão da diminuição da violência no espaço da escola, uma possibilidade de igualdade entre homens e mulheres, não a submissão da mulher.



No Rio de Janeiro, o Vereador Renato Cinco criou a lei de desconstrução da masculinidade, do machismo no espaço escolar da rede pública, ou seja, da valorização da mulher. Então, ele aponta para a necessidade de discutir essas questões na escola, de haver um tratamento mais igualitário. Se é que nós queremos ter uma educação de qualidade.

Então, há que se ter abertura sobre essas questões de multidisciplinaridade. O processo político e pedagógico da escola tem que se abrir para isso, e os outros profissionais precisam entender que o professor de educação física é um emérito educador também, não um entretedor. Nós temos que ter todo esse entendimento.

Mas eu creio que o Prof. Catunda, o Prof. Jorge e o Prof. Lúcio concordem que a educação física está aberta, porque nos colocam como um profissional secundário. Ele está lá na quadra e, desde o momento em que esteja dando aula, a direção não vai segui-lo, os outros professores não querem saber. E essa interface é complicada.

No Rio de Janeiro, nós temos a figura do orientador pedagógico. Esse orientador pedagógico, um profissional da escola com competências em pedagogia, é adotado pelo Município. O Município tem inglês, francês, música e artes no primeiro segmento e conjuga esse dia com as aulas de educação física, para o próprio professor ter centro de estudo no primeiro segmento. Essa foi a alternativa.

Mas a resolução também reza que deva haver um encontro entre esses outros profissionais. E já faz 4 anos que as reuniões estão funcionando. A professora chamada de um, que trabalha no primeiro segmento, o profissional P2... E não há esse encontro da educação física com a arte, com a música, com a professora de turma. Muitas delas — quando você vai levar uma situação que ocorre na quadra, para que elas possam trabalhar essa situação em sala de aula — têm 5 dias e 4 horas e 30 minutos com o aluno.

Nós temos dois tempos de 50 minutos semanais e conseguimos detectar uma série de situações de desajuste de comportamento, de implicações para o aprendizado. Então, seria ótimo e bem-vindo que as professoras fossem pelo menos uma vez ao mês assistir à aula de educação física. Elas teriam muito a aprender com dinâmica de liderança, com liberdade, respeito e socialização no espaço da quadra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Quais são as suas considerações sobre o meu tema, Prof. Catunda?

O SR. ANTONIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - É só uma questão. Prof. Gabriel, agradeço a pergunta. Na realidade, nós estamos diante de um problema muito maior do que a hegemonia de um conteúdo. Eu acho que precisamos repensar temas hegemônicos como esporte, jogos, brincadeiras e a caracterização das atividades de educação física como lazer ou recreação na perspectiva de que as crianças precisam aprender, definitivamente, com o compromisso dos professores, a se tornar autônomas, para praticar suas atividades corporais, quer seja para lazer, para fruição, mas que entendamos a perspectiva da saúde.

Nós estamos diante de um problema sério. Não se pode deixar que façam de conta que a escola não é o espaço de uma disciplina como a educação física. A educação física precisa se preocupar com isso, professores. Nós temos um problema sério. Eu acho que este é um momento ótimo para podermos legitimar a educação física na escola, legitimar por meio dessa perspectiva. Não podemos perder essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu passo agora a palavra, a fim de finalizamos os debates para que os seus expositores, por pouco menos de 1 minuto...

O SR. LÚCIO ROGÉRIO - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor, pode falar, Lúcio.

O SR. LÚCIO ROGÉRIO - Boa tarde. Sou Lúcio Rogério, profissional de Educação Física e Secretário Executivo não Parlamentar da Frente Parlamentar da Atividade Física para o Desenvolvimento Humano.

Nesse papel, eu queria solicitar que, nas considerações finais, se possível, os nossos palestrantes deixassem um recado para os Deputados, para os assessores técnicos que estão aqui colhendo dados e anotando e para Casa, porque fica gravado, o entendimento dos palestrantes quanto à legislação que está sendo construída, o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Esporte, que papel ela pode desempenhar para alterar a realidade brasileira, em que, por exemplo, nas séries



iniciais até o quinto ano do ensino fundamental e no jardim de infância não há aulas de Educação Física com licenciados em Educação Física na maioria dos Municípios do Brasil.

Há muito tempo o Deputado Haully declarou isso, desde a década de 80, quando foi Prefeito, alguns Municípios mostram a qualidade e a importância disso, mas a maioria — mais de 80% dos Municípios brasileiros — não tem aulas de Educação Física nas séries iniciais e nos jardins de infância com professores de Educação Física.

Talvez o Plano Nacional de Esporte e a construção do sistema possam estar apontando soluções para resolver esse problema no Brasil e trazer toda essa gama de possibilidades de formação para a qualidade de vida, para a saúde, para o indivíduo mais completo, para o indivíduo independente, para aquela pessoa que saiba, que tenha poder através do conhecimento, que é o empoderamento, para decidir como vai levar a sua vida, como vai ter esse caminho, e particularmente acredito que isso é na escola.

Então, se os senhores puderem fazer, dentro das suas considerações, algo que nos ajude a complementar o entendimento dos Deputados para essa construção do Plano Nacional, eu agradeceria bastante e tenho certeza que o Brasil todo agradecerá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Passo a palavra ao Sr. Antônio Ricardo Catunda de Oliveira para as suas considerações finais. Depois, passarei a palavra para o Sr. Dagoberto Buarque de Assis e gostaria que tivesse também as considerações finais do nosso Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Prof. Jorge Steinhilber.

O SR. ANTÔNIO RICARDO CATUNDA DE OLIVEIRA - Eu acredito, pelo que foi posto aqui por mim e pelo Dagoberto, que ficou muito claro que sem um profissional de Educação Física, um licenciado, com o conhecimento que ele tem, nas aulas de Educação Física, principalmente do primeiro ao quinto ano, logicamente a sequência já está garantida, nós não teremos como avançar, porque é como se pegasse alguém que não aprendeu a ler até o quinto ano e entregasse um texto para que ele pudesse fazer uma leitura, ou seja, ele não tem a base, não



tem os conhecimentos necessários anteriores para que possa fazer a leitura, ele não foi letrado.

Nas práticas de atividades corporais acontece a mesma coisa, é necessário que se desenvolvam habilidades, condutas e comportamentos. E só quem pode fazer isso de maneira adequada e com conhecimento, buscando resultados, nos objetivos da Educação Física, é um profissional que tenha formação, e esse profissional é o profissional de Educação Física.

É importante que haja um entendimento que, sem isso, os agravos à saúde por esse analfabetismo motor já se mostram hoje na inabilidade das crianças. É perceptível, é identificada a inabilidade das crianças, isso traz prejuízo, porque, tendo inabilidade, elas passam a não participar ativamente das práticas. Não participando, se autoexcluindo, elas vão ser sedentárias. Então, o inativismo e a obesidade, que são os agravos fundamentais, são potencializados por essa ausência.

No mais, o Lúcio tinha me solicitado a questão do aumento do tempo da Educação Física através do Plano Nacional. Ele poderia sugerir para que pudesse concretizar toda essa perspectiva da Educação Física e do esporte, logicamente teria que ser ampliado o tempo de atividade física, o tempo do esporte na escola, mas que isso tem que ser contemplado dentro do projeto pedagógico, que é ali que se garante o tempo e a carga horária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado por suas considerações.

Passo a palavra ao Prof. Dagoberto Buarque de Assis para as suas considerações finais.

O SR. DAGOBERTO BUARQUE DE ASSIS - Eu consideraria que é de fundamental importância que os gestores educacionais entendessem que o investimento no profissional, o investimento na Educação Física é de fundamental importância para que tenhamos uma educação de qualidade.

Quando a nossa Presidente nos diz que o Brasil é uma Pátria Educadora, não é uma responsabilidade só do Governo Federal, é de todos nós. E tenho certeza que a educação passa por um momento em que tem que trazer mais para dentro das suas práticas a luz da neurociência, principalmente a Educação Física, a



neurociência, a promoção da saúde, e entender que o movimento é cognição, ou seja, o movimento, a motricidade promovem o conhecimento. Então, se promove o conhecimento e se o professor de Educação Física é a referência para trabalhos em movimento, nós não podemos nos furtar de ter esse profissional qualificado dentro da escola.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos e a oportunidade de estar aqui falando um pouco da Educação Física, que postulamos seja qualificada e responsável dentro da escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Dagoberto Buarque de Assis.

Para as considerações finais, passo a palavra ao nosso Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Prof. Jorge Steinhilber.

O SR. JORGE STEINHILBER - Muito obrigado, Deputado Evandro Roman.

Mais uma vez, é importante ressaltar aqui os cumprimentos a V.Exa. por estar desenvolvendo esse trabalho, por estar realizando as audiências públicas, por estar socializando a discussão, democratizando o debate e permitindo que vários textos e contextos possam ser trazidos para a construção desse Plano Nacional de Esporte.

Penso que ficaram objetivadas a questão do conceito de esporte, a questão de se estabelecer a obrigatoriedade da Educação Física na educação básica, dinamizada por profissionais de Educação Física, tanto pelo contexto do movimento quanto pela questão cultural, pelo desenvolvimento da criança e pelo desenvolvimento cognitivo.

Evidentemente, há a necessidade de uma política de Estado, que acredito possa ser contemplada no Plano Nacional relacionado ao esporte escolar. Na fala dos dois, ficou claro aqui que Educação Física escolar é uma coisa e o esporte na escola, para o desenvolvimento das atividades esportivas, é outra coisa. Obviamente, isso é dentro do contexto da escola, dentro de um projeto pedagógico da escola, mas efetivamente são objetivos diferenciados. É importante que sejam assim e que isso fique contemplado no Plano Nacional de Esporte.

Há outra questão que me parece ser importante colocar aqui: a necessidade de integração e articulação dos Ministérios. Ainda não temos essa integração entre os Ministérios. Hoje nós temos o Ministério da Educação discutindo as diretrizes da



educação nacional, e lá há um contexto da Educação Física escolar. Nós temos o Ministério do Esporte hoje discutindo o Sistema Nacional do Esporte, em que está sendo colocada alguma coisa relacionada à escola; temos o Ministério da Saúde discutindo a importância da atividade física descentralizada.

Então, parece-me que é a oportunidade para que esse plano possa articular todos esses esforços, tanto financeiros quanto de conteúdo, para que possamos ter um processo de formação através da atividade física, do esporte, para um Brasil grande.

Tenho certeza de que a luta que V.Exa. vem travando há muito tempo está aqui representando o povo e conseguirá contemplar esse objetivo.

Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradeço ao Prof. Jorge Steinhilber, do nosso querido Conselho Federal de Educação Física.

Gostaria de dizer ao Dárcio Cardoso, de Padre Paraíso, Minas Gerais, e também ao Marcelo Pires, de Teófilo Otoni, que encerraremos e eu passarei essas duas perguntas aos palestrantes, às pessoas que vieram participar da audiência pública, porque a Ordem do Dia está para começar e nós temos prazo para terminar.

Antes de fazer a leitura do encerramento, eu gostaria de dizer que, para mim, a profissão de Educação Física foi uma escolha pessoal, foi uma escolha realmente de alguém que se viu atuando nessa área. Eu diria que, acima de qualquer quesito ideológico, nós temos uma responsabilidade muito grande. Eu gostei muito do que ouvi de todos. Dentro dessa responsabilidade, há a discussão sobre a educação física ser ou não esporte escolar.

Eu lembro que, quando estava na UNICAMP, no período acadêmico, se discutia se era ciência do esporte ou ciência de esporte. Havia palavras do modismo, como a “problemática”, e depois vieram outros assuntos.

Enfim, eu gostaria de dizer às pessoas que estão em casa que, acima de qualquer situação como essa, nós temos é que fazer um Plano Nacional de Desporto com as pessoas que veem a Educação Física dentro, com as pessoas que veem o esporte escolar dentro. Falo no papel de um político agora: temos que fazer de uma forma com que possamos dar uma solução e uma contribuição muito grandes dentro de uma política de esportes, que é uma luta muito forte do CONFEF.



Hoje, na fala do Prof. Antônio Ricardo Catunda, nós tivemos os dados sobre o sedentarismo, sobre os agravos que o sedentarismo traz para a vida das pessoas. Muitas vezes, na fala do Prof. Dagoberto, eu ouvi a expressão “promoção da saúde” e gostei muito. Não é só o agente da saúde, como alguns que interagiram disseram; não é só a Educação Física; nem só o desenvolvimento humano; mas, com esse conjunto que foi passado, eu diria que estamos caminhando cada vez mais para uma população doente, que vem desenvolvendo as chamadas doenças crônico-degenerativas — diabetes, mau colesterol, hipertensão, cardiopatias —, porque cada vez mais se tem o hábito do sedentarismo e a ausência da prática de atividade física.

Medicina Curativa se faz com médico, Medicina Veterinária se faz com médico-veterinário, assim como as funções são feitas por seus profissionais. O profissional de Educação Física é o que realmente coordena e orienta bem a estrutura que nós temos em relação à prática esportiva ou à prática da atividade física.

O Lúcio me fez um sinal aqui, e inclusive eu queria dizer que, se nós estamos tendo um excelente trabalho em busca disso, é porque nós estamos sendo muito bem orientados. O trabalho do Lúcio, Presidente Jorge, juntamente com o Altino, que é meu Chefe de Gabinete, tem nos dado uma força muito grande, tem ajudado muito esse trabalho de atuação junto à Frente Parlamentar. Então, Lúcio, fica esse registro quanto a isso.

Deputada Flávia Moraes, o Deputado José Rocha, o Presidente Márcio Marinho e também com a presença do Secretário Lindberg. Eu diria que o que nós vimos lá é algo que se tem que respeitar. Não vamos entrar em outros méritos, agora a Educação Física na escola para aqueles 1 bilhão e meio de chineses realmente merece respeito.

Entre os Deputados que foram à China, a Deputada Flávia Moraes é profissional de Educação Física, o Deputado José Rocha é médico, enfim, todos foram com uma visão que nos ajudou muito e vai ajudar ainda mais, Presidente Jorge, para que possamos criar e desenvolver. Não é uma receita de bolo, não é anotar o que há lá e aplicar aqui. Nós temos a nossa estrutura tupiniquim e temos que trabalhar em cima dela. Agora, temos que olhar referências e populações que



tenham o princípio da Educação Física, da atividade física ou do esporte escolar, seja lá qual for a nomenclatura, como princípio de promoção da saúde. Quando você promove a saúde, você desenvolve a questão fisiológica, o cognitivo, a habilidade motora. Toda a parte de psicomotricidade passa por essa atividade que você desenvolve na escola.

Então, eu diria o seguinte: vamos nos unir! Muitas vezes, ideologicamente, muitas pessoas não concordam com a nomenclatura A ou com a nomenclatura B, mas, depois de nós implantarmos o Plano Nacional do Desporto e de estarmos dentro da educação infantil em todos os Estados, dentro das séries iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, vamos discutir internamente, como muitas outras profissões fazem. Discutem internamente os caminhos, mas primeiro cria-se uma política de uma discussão séria. Quebramos o pau, brigamos ideologicamente e vamos avançando. É gostoso ver hoje a força com que o Conselho Federal de Educação Física tem trabalhado por essa unificação. Isso é importante.

Fica aqui o relato de um profissional de Educação Física que também é Deputado — primeiramente, sou profissional de Educação Física, que foi o me conduziu dentro do Estado do Paraná, com a grande presença do nosso querido Presidente Branco lá, um grande aliado dessas ações, com os nossos 26 mil filiados que temos no Estado e mais de 400 mil no Brasil inteiro.

Então, eu tenho muito entusiasmo e muito prazer em dizer que sou um profissional de Educação Física. Quis o destino que aqui eu estivesse, para que pudéssemos trabalhar, de uma forma muito forte, unindo a educação e a saúde à prática esportiva na escola, ou à Educação Física, como queiram.

Muito obrigado a todos os expositores.

Antes de finalizar os trabalhos, quero agradecer a presença de todos vocês, principalmente ao Prof. Dagoberto. Obrigado por suas contribuições. Agradeço também ao Sr. Antônio Ricardo Catunda, a todos os que participaram de casa através do *e-Democracia*, ao Presidente Jorge Steinhilber, que está aqui nos representando, juntamente com o Lúcio.



Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Parlamentares para a reunião deliberativa ordinária a ser realizada amanhã, dia 11 de novembro, às 14 horas, no Plenário 4.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)